

## Constituinte

Pioneirismo e tecnologia

60 anos Mangels  
Empresa 100% Brasileira

### SEGUNDO TURNO

## Sindicalistas consideram discurso exagerado e querem direitos mantidos

por Célia Roseblum de São Paulo

"Foi um discurso apocalíptico. Deu a impressão de que estamos sem saída e que as coisas têm que ficar como estão, ou a situação piora." Esta foi a reação do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em São Paulo, Jorge Coelho, ao pronunciamento do presidente José Sarney, transmitido ontem à noite em cadeia de rádio e tevê. Representantes da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e União Sindical Independente (USI) também criticaram a fala do presidente.

Para o vice-presidente da CGT e presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Porto Alegre, Ricardo Baldino, Sarney "fez tempestade em um copo d'água", conforme declarou ao repórter Flávio Porcello. "Não há motivo para tanta preocupação. Os pequenos avanços são naturais no trabalho de uma Constituinte, e os parlamentares não vão trabalhar para prejudicar a Nação", avaliou o presidente da USI, Antônio Pereira Magaldi. "O povo sempre pagou a conta e vai continuar pagando. Mas queremos demo-

cratizar a distribuição de renda. O presidente fez um erro de avaliação ao confrontar desenvolvimento econômico com os interesses do trabalhador. Suspendendo a construção da ferrovia Norte-Sul, deixando de pagar a dívida externa haveria recursos", declarou Jorge Coelho, da CUT.

Com a participação da CUT, CGT, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, entre outras entidades, realiza-se hoje pela manhã em Brasília uma reunião de sindicalistas que tentarão esboçar as propostas dos trabalhadores para o segundo turno de votações. A posição conjunta será levada à tarde ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, informou Coelho.

Ontem, em várias capitais do País, foi iniciada a distribuição de cartazes com foto e nome dos parlamentares que apresentaram emendas supressivas para os direitos dos trabalhadores a serem votadas no segundo turno. "Sindicatos e CUT denunciam: eles querem surrupiar nossos direitos. Vamos deixar?" É o texto que encabeça os folhetos afixados.

## Pronunciamento do presidente irrita oposição e agrada aliados

por Marcos Magalhães de Brasília

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, anunciou ontem à noite, após assistir pela televisão ao pronunciamento do presidente José Sarney, que irá exigir do deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, a requisição de uma cadeia nacional de rádio e televisão para que o próprio Ulysses e todos os líderes partidários possam defender a Constituinte das acusações de Sarney.

"Se Ulysses não fizer isso, o PDT vai lutar na Justiça pelo seu direito de resposta", avisa Monteiro. Segundo o deputado, o presidente Sarney está procurando jogar a sociedade contra os constituintes. "Ele só faltou concitar as Forças Armadas e o público a fechar a Assembleia Nacional Constituinte", acredita.

Com o texto do pronunciamento do presidente na mão, tenso e irritado, Ulysses deixou o seu gabinete na Câmara dos Deputados meia hora antes da trans-

missão do discurso pela televisão. "Não li o documento nem sei se vou ver o programa", esquivou-se, segundo relato do editor Ascânio Seleme.

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, teme pela estabilidade do País. "Espero que esse pronunciamento não gere um problema grave de caráter institucional", disse. O senador criticou o presidente Sarney pela demora em analisar mais profundamente o projeto da nova Constituição.

"Se o presidente colocou no plenário mais de quinhentos parlamentares para votar questões como o presidencialismo e o mandato de cinco anos, por que é que não fez o mesmo para não deixar passar questões como as que agora critica?" questiona Passarinho.

### RAZÃO

O deputado José Lourenço, líder do PFL, acredita, por outro lado, que o pronunciamento de Sarney foi um "chamamento à ra-

ção". "Espero que o discurso responsável do senhor presidente consiga sensibilizar os constituintes que querem desestabilizar a Nação", afirmou. "Ou a coisa anda, agora, ou, como disse o presidente, se estabelecem a ingovernabilidade e o caos."

O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, também gostou do pronunciamento de Sarney. "É justo o presidente opinar, pois foi ele, afinal, quem convocou a Assembleia Nacional Constituinte", argumenta. "Eu só espero que o seu discurso não venha acirrar o clima político."

O líder do PCB, deputado Roberto Freire, lembra, por sua vez, que o governo foi ineficiente durante os trabalhos da Constituinte. "Muitos dos pontos que o presidente Sarney agora critica foram aprovados com os votos de seus líderes", recorda. Freire considerou o pronunciamento "mais moderado do que imaginava", mas atacou Sarney por "apostar no caos, dizendo que o País

se tornaria ingovernável".

### IMPRECISÃO

A ameaça da ingovernabilidade utilizada por Sarney também indignou o PT. Segundo o deputado Luís Ignácio Lula da Silva, candidato do partido à Presidência da República, Sarney valeu-se de informações imprecisas ao afirmar, por exemplo, que o povo pagaria o adicional de 5% sobre o Imposto de Renda, quando esse incidir sobre ganhos de capital.

Lula ironizou a preocupação de Sarney com as dificuldades dos futuros governos em pagar as contas deixadas pelos constituintes. "O governo do Sarney está saindo mais caro para o País do que todos os modestos benefícios concedidos aos trabalhadores, aposentados e idosos na Constituinte", compara o deputado. "Se ele está preocupado com as dificuldades do meu futuro governo em pagar essa conta, pode ficar tranquilo: encontraremos meios de pagar todos esses benefícios, sem usar decretos-leis."

## Newton Cardoso defende reforma

por Yves León Winandy de Belo Horizonte

O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, apoiou ontem à noite, as afirmações do presidente da República, José Sarney, com relação ao impacto negativo que muitas propostas, já aprovadas no primeiro turno de votação da Constituinte, poderão trazer à economia brasileira. Discordou, porém, da necessidade de se suprimir os artigos que ampliam o poder dos estados de legislar em matéria tributária.

"Isso vai gerar um adicional (de receita) aos estados, complementando perdas já existentes, no que se refere ao Fundo de Participação dos Estados (FPE). Isso não é perigoso", afirmou por exemplo,

ao comentar a referência feita, pelo presidente Sarney, ao artigo 161, que dá competência, aos governos estaduais, para criar um imposto adicional de renda.

No caso, ressaltou o governador de Minas, trata-se da concessão aos estados, de uma forma de se melhorar suas receitas. "É uma faculdade (que se dá, aos governos estaduais), comentou. Faculdade que, na sua opinião, será administrada de forma equilibrada, pelos governos beneficiados, pois aqueles que fizerem lançamentos "indevidos" deverão perder as empresas prejudicadas, que se retirariam do estado.

Outro item defendido por Newton Cardoso foi o que permite a cobrança do Im-

posto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM) sobre as exportações de produtos semi-elaborados. "Nós (Minas, por exemplo) temos de cobrar isso. Somos basicamente exportadores de bens intermediários. Quanto mais aumentam nossas exportações, mais precisamos (dessa taxa). Precisamos fazer uma taxa mínima sobre a exportação", acrescentou.

Cardoso comentou, também, o fato de se falar que a Constituinte deveria estabelecer isenções de ICM no caso dos estados brasileiros. "Se o Brasil é uma federação, então compete aos estados legislar nesse campo.

A Constituinte não pode legislar, no caso", disse o governador mineiro.

Para o governador de Minas, o presidente da República, com seu pronunciamento, porém, demonstrou estar mais preocupado com os benefícios sociais criados pelo texto constitucional que agora entram em segunda votação. E, neste aspecto, apoiou os argumentos presidenciais.

"Essas leis sociais (da nova Constituição) devem estar de acordo com nossa capacidade de pagar esses benefícios. Uma política (do tipo da proposta pelos constituintes) quase quebrou o Uruguai, que tinha um excesso de benefícios sociais. Não temos, hoje, uma indústria gerando divisas que possam pagar tudo isso. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro não suporta esses benefícios", afirmou.

## Ulysses apóia uma concentração de esforços nas votações polêmicas

por Marcos Magalhães de Brasília

Ao final de um encontro de líderes partidários, ontem à tarde, o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, alertou: com ou sem acordo, o projeto de Constituição aprovado no primeiro turno entra em votação nesta quarta-feira. Também durante a reunião, Ulysses se mostrou simpático à idéia de promover uma semana de esforço concentrado, quando seriam votados os temas mais polêmicos do projeto.

"É preciso votar, a matéria não pode ficar sem ser votada", disse Ulysses à saída do encontro. "Nós vamos esperar mais um dia, para verificar as emendas onde houve acordo, onde o acordo ainda é possível e aquelas onde ele é praticamente inviável. Mas é importante votar o texto do projeto aprovado em primeiro turno, para serem então apreciadas as emendas."

Ulysses declarou-se esperançoso de que hoje as lideranças cheguem a um acordo sobre alguns dos itens mais importantes do projeto, mas ressaltou que não pretende esperar mais

tempo. Por isso, ouviu com bastante atenção, na reunião das lideranças, a idéia de concentrar as votações mais polêmicas em um curto período.

A sugestão foi apresentada pelo deputado Inocêncio Oliveira, vice-líder do PFL. "Nós uniríamos as votações das emendas a artigos mais controversos, independente de sua localização no texto, no período de uma determinada semana, quando então seria mais fácil convocar a Brasília a maioria dos constituintes", explica o deputado.

O deputado José Lourenço, líder do PFL, também gostou. "A sugestão é palatável", defendeu. Os partidos de esquerda, ao contrário, querem manter o cronograma original de votações. O deputado José Getúlio, do PT, prefere outra idéia: votações com datas marcadas para os temas mais importantes, de forma e também atrair maior número de constituintes.

O presidente do PSDB, Mário Covas, apresentou, ainda, outra saída: "Se querem promover um esforço concentrado, pois bem, então vamos votar o projeto todo em uma semana", sugere.

## Empresários apóiam as opiniões de Sarney

por Ricardo Balthazar de São Paulo

"Agora já é meio tarde." Foi assim que o empresário Roberto Della Manna, diretor do Departamento de Cooperação Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (DESIN/FIESP), reagiu ao pronunciamento feito ontem pelo presidente José Sarney. Para Della Manna, o governo deveria ter se preocupado mais intensamente com as questões destacadas ontem por Sarney durante o primeiro turno de votações, e não ter concentrado seus esforços na aprovação dos cinco anos de mandato presidencial. "Ficou só em cima do

mandato e hoje precisa se consertar tudo aquilo de errado que foi feito", disse Della Manna. Ele considerou o discurso do presidente "moderado e de peso", concordando com todos os pontos destacados por Sarney. "Esclareceu muita coisa", acrescentou. "O pronunciamento soma-se aos esforços que a sociedade e os empresários, especialmente, têm feito para mudar o texto. Pena que seja meio tarde."

O presidente da Associação do Aço do Rio Grande do Sul, José Zamprogna, apoiou a "sinceridade, franqueza e objetividade" que viu em Sarney ontem, de acordo com relato do repórter Flávio Porcello.

## Hoje, a primeira sessão

por Ascânio Seleme de Brasília

A decisão de se adiar a votação do projeto constitucional aprovado em primeiro turno foi tomada pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, em seu gabinete, momentos antes dele assumir a presidência da sessão que apenas aguardava o seu parecer. Uma ampla reunião de lideranças partidárias levou Ulysses a adotar o adiamento da votação para a sessão da tarde de hoje.

No plenário, quando Ulysses verificou o quórum, a sessão foi surpreendente-se com os 420 constituintes presentes. Mesmo assim, manteve a decisão que havia sido tomada em acordo com as lideranças alguns minutos

antes. No plenário, um enviado do Palácio do Planalto recebia a informação desta decisão do líder Carlos Sant'Anna, enquanto o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim, declarava a partir do microfone de apertes: "O PMDB parece amanhã à votação independente do resultado de futuros entendimentos".

Depois de encerrada a sessão, Ulysses justificava sua decisão: "Tivemos mais de 400 constituintes, de forma que havia condições para a votação", disse ele. "Mas a ponderação que se fez no meu gabinete foi de que se desse um tempo para se disciplinar a votação", concluiu o presidente da Constituinte. A votação começa, segundo Ulysses Guimarães, às 13h30 de hoje.